



PROGRAMA MARCO INTERUNIVERSITÁRIO PARA A EQUIDADE E A COESÃO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL

Dra. Maria da Graça Nóbrega Bollmann¹
Mnd^a. Estefania Tumenas Mello²
Mnd. Ricardo Teixeira Canarin³
Mnd. Eddy Ervin Eltermann⁴

RESUMO

O presente estudo integra o Projeto *Programa Marco Interuniversitário para a Equidade e a Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior* financiado pela União Europeia (UE). Forma-se a concepção do sentido da universalidade a partir da particularidade (singularidade) e, neste sentido, por meio da análise qualitativa dos documentos (relatórios anuais) elaborados pela Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, pretendemos examinar os pressupostos teórico-práticos da política de equidade e coesão social na Educação Superior concebidos nesta Instituição. A compreensão do processo aqui desenvolvido é, também, resultado do contexto histórico da Educação Superior em Santa Catarina, mostrando apontamentos para a realidade atual. Os resultados preliminares apresentam um investimento institucional, por meio de diversos tipos de bolsas, que visam a ampliar o acesso e a permanência das camadas menos favorecidas no ensino universitário.

Palavras-chave: Marco interuniversitário; política de equidade e coesão social; Educação Superior; Unisul.

INTERUNIVERSITY LANDMARK FOR EQUITY AND SOCIAL COHESION IN THE INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION: A CASE STUDY AT UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL

ABSTRACT

This study integrates the Project *Programa Marco Interuniversitário para a Equidade e a Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior* (Interuniversity Landmark for Equity and Social Cohesion in the Institutions of Higher Education) sponsored by European Union (EU). It is formed the conception of the sense of universality from particularities (singularities) and, in this way, through the qualitative analysis of documents (annual reports) elaborated by Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, we intend to exam the theoretical-practical assumptions of politics of equity and social cohesion in Higher Education designed in this Institution. The comprehension of the process developed here is also the result of historical context of Higher Education in Santa Catarina, which presents notations

¹ Pós-Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa (Portugal). Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil. Coordena projetos de pesquisa temas no âmbito da educação superior e educação básica. E-mail: gracabol@uol.com.br

² Mestranda em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil. Professora da Unisul. Assistente de Investigação da RIAIPE3. E-mail: estefaniatumenas@yahoo.co.uk

³ Mestrando em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil. Representante do governo brasileiro, na qualidade de bolsista do Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor Leste. E-mail: canarin.r@gmail.com

⁴ Mestrando em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil. Professor na mesma instituição e nas Faculdades Integradas ASDESC. Assistente de Investigação Riaipe 3 – 2011. Email: eddy.eltermann@unisul.br



for the current reality. Preliminary results present Institutional investments through several types of scholarship that aimed to extend the access and permanence of disadvantage sections of society in the University.

Key-words: Interuniversity landmark; politics of equity and social cohesion; Higher Education; Unisul.

INTRODUÇÃO

O *Programa Marco Interuniversitário para a Equidade e a Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior* objetiva estimular o desenvolvimento de políticas que favoreçam a transformação estrutural das instituições através de modelos de intervenção que permitam melhorar a pertinência das funções universitárias no sentido de um desenvolvimento social equilibrado, potencializando a equidade e a coesão social. Sob a coordenação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, as equipes participantes de mais de 30 universidades de 21 países, pretendem trazer à luz a realidade da inserção na educação superior em quatro áreas geográficas, a saber, nas próprias instituições; no país; na região continental onde estão localizados na América do Sul, América Central e Europa, bem como do resultado no espaço Iberoamericano.

Assim, este texto é resultado de um relatório que consiste na primeira etapa deste projeto, em que as equipes das universidades participantes levantassem dados através de análise da realidade de sua instituição, e coube a equipe autora deste texto a descrição da situação da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), no qual se apresenta o diagnóstico parcial de dados sobre esta, discutindo seu papel nos cenários brasileiro e catarinense.

Para compreender a atuação desta instituição, buscamos contextualizá-la no âmbito da educação superior no Brasil e na concepção de universidade voltada para a produção do conhecimento.

UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI: DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO AO PRAGMATISMO

A universalidade, como princípio científico, deve estar centrada na observância da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e na autonomia universitária materializando-se, assim, as finalidades da instituição universidade (MAGALHÃES, 2010). A universidade, *ethos* da produção do conhecimento, pode, no entanto, contraditoriamente, adquirir características de um modelo dual, universidade de ensino ou universidade de

pesquisa. A primeira expressa uma identidade sustentada no mercado (organização social), e a segunda visa ao compromisso social e à produção do conhecimento.

Nessa perspectiva, Mészáros (2005, p.25), ao referir-se à “[...] incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação” sustenta que:

[...] poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2005, p. 25).

Sob a hegemonia neoliberal, a análise da educação superior no Brasil assume um nível de complexidade cada vez maior, à medida que a ampliação da diversidade de instituições de ensino superior (IES) as afasta da tradição científica que caracteriza a universidade. A diversificação desse nível de ensino contribui para um propósito de ajuste no modo como a sociedade está constituída, favorecendo, cada vez mais, as novas formas de organização do capital (GENTILI, 2008; SGUISSARDI, 2009). A ampliação em diferentes tipos de IES em um cenário de privatização da educação superior veio cumprir o papel de facilitador da expansão da gestão privada sobre a gestão pública nesse nível de ensino.

A expressão maior da mudança nesse processo foi arquitetada por um conjunto de medidas legais nos anos 1990, entre as quais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁵, que, segundo Mancebo (2010), no capítulo “Educação Superior”, artigos 43 a 57, aponta para a diferenciação e flexibilização da oferta de ensino, definindo sua organização em: Universidades, Centros Universitários e Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores⁶.

O resultado desse processo de diversificação no Brasil está materializado na Sinopse do Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC) de 2009, mostrando que o número de *Faculdades* representa 84,96% do total de IES no Brasil. Neste sentido, um percentual elevado de estudantes desse nível de ensino está inserido num modelo de IES que, em geral, não atende ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sobre a qual

⁵ BRASIL. Constituição (1988). **Lei nº 9.394**, de 20/12/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1996.htm>.

⁶ A organização da educação superior, conforme decreto Decreto 5.773 de 09/05/06, modificou o artigo 44 da **Lei nº 9.394**, de 20/12/96, ao destacar no credenciamento a reorganização das IES em: Faculdades, Centros Universitários e Universidades.

se sustenta a produção do conhecimento. Também não atende ao princípio da igualdade de direitos que permite a criação desmedida de IES privadas, o que concorre para a desresponsabilização do investimento público, elitizando cada vez mais o acesso à universidade, caracterizada pela pouca inclusão de brasileiros e brasileiras (SANTOS, 2010). Entendemos que há um grave problema no Brasil que não se constitui apenas na exclusão dos jovens no direito ao acesso ao ensino superior e a permanência nele, mas agrava-se porque as vagas nesse nível de ensino ainda são limitadas, sobretudo as de acesso à universidade, como apresentado na Tabela 1.

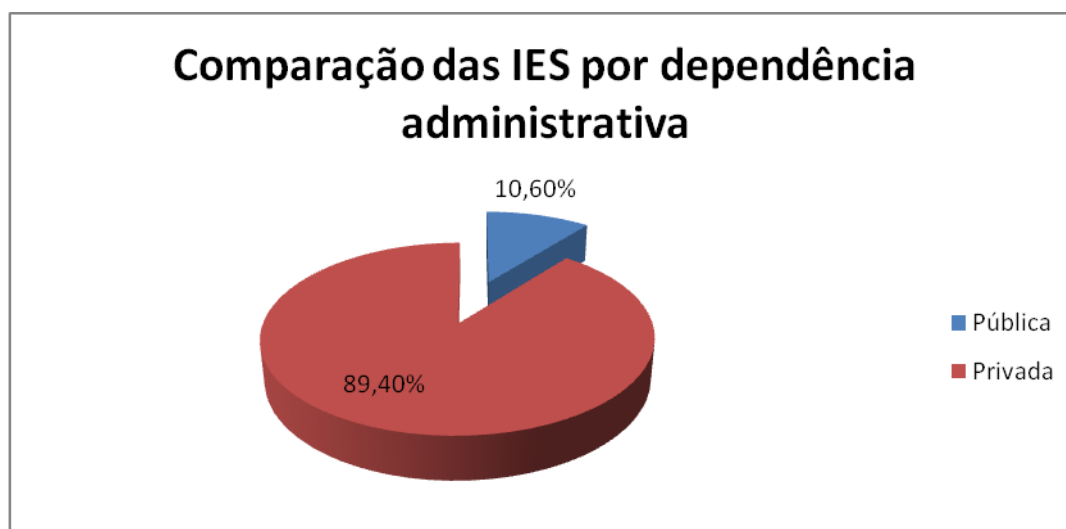
Tabela 1: Evolução do número de IES por organização acadêmica – Brasil – 2005-2009

Ano	Total	Universidades	%	Centros Universitários	%	Faculdades	%	Institutos Federais e CEFET's	%
2005	2.165	176	8,1	114	5,3	1.842	85,1	33	1,5
2006	2.270	178	7,8	119	5,2	1.940	85,5	33	1,5
2007	2.281	183	8,0	120	5,3	1.945	85,3	33	1,4
2008	2.252	183	8,1	124	5,5	1.911	84,9	34	1,5
2009	2.314	186	8,0	127	5,5	1.966	85,0	35	1,5

Fonte: Censo da Educação Superior/ DEED/ MEC/ INEP/2009

As mudanças que ocorreram na composição das IES no Brasil, agravada nos anos 1990, levaram os estudantes ao distanciamento da pesquisa e extensão. Tal crescimento praticamente estagnou a partir de 2005, mas, do ponto de vista da formação, o desajuste já estava concebido. Tão preocupante quanto esta composição das IES é o reduzido número de estudantes entre 18 e 24 anos, que no Brasil somam 5.954.021, que cursavam esse nível de ensino em 2009 (INEP, 2009). É evidente a discrepância do número de estudantes nos diferentes tipos de IES. Para termos um exemplo, basta observar que o percentual de universidades se manteve em torno de 8% entre 2005 e 2009. Por outro lado, o percentual de faculdades, apesar de se manter em torno de 85% do total de IES, já contava, desde 2005, com um número enorme em relação ao número de universidades, ou seja, havia dez vezes mais faculdades do que universidades.

Gráfico 2: Comparação da IES por dependência administrativa



Fonte: Censo da Educação Superior/ DEED/ MEC/ INEP-2009

O processo de expansão privada pode ser visualizado no Gráfico 02. O número de IES privadas é de 2.069, o que corresponde a 89,40%, e o número de IES públicas são de 245 (94 Federais, 84 Estaduais e 67 Municipais), o que corresponde a 10,60%.

Tal processo de expansão expressa uma concepção de IES voltada predominantemente para o mercado de trabalho (ensino). A formação docente está concentrada nos cursos de Especialização (38%) e Mestrado (41%), enquanto que, a universidade apresenta uma concepção mais voltada para a pesquisa, exigindo que pelo menos 1/3 do corpo docente tenha formação em nível de doutorado. Numa análise mais apurada, percebemos, ainda, que o perfil dos docentes caracteriza-se por *professores de tempo integral* nas públicas, e *professores horistas* nas privadas. Observamos que, em ambas, a maioria dos docentes é do gênero masculino e a maioria dos discentes concentra-se no gênero feminino.

Para a apresentação dos dados referente à Unisul, faz-se necessário situá-la no âmbito da história do ensino superior⁷ no Estado de Santa Catarina. Tal história inicia-se com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁸, em 1960, caracterizando-se como marco da criação do ensino superior no Estado.

⁷ A expressão *educação superior* substituiu *ensino superior* a partir da **Lei nº 9.394**, de 20/12/96.

⁸ Sequência histórica de criação das faculdades anteriores à criação da UFSC: Faculdade de Direito de Santa Catarina, fundada em 1932 e federalizada pela Lei n.º 3.038, de 19 de dezembro de 1956; Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina, fundada em 1943 e reconhecida pelo Decreto n.º 37.994, de 28 de setembro de 1955; Faculdade de Farmácia de Santa Catarina, desdobrada, em 1960, da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, esta criada em 1946 e reconhecida pelo Decreto n.º 30.234, de 4 de dezembro de 1951; Faculdade de Odontologia de Santa Catarina, também desdobrada da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina; Faculdade Catarinense de Filosofia, criada em 1951 e reconhecida

A partir de 1971, em pleno período da ditadura militar, com o Plano de Metas do Governo Estadual (PLAMEG), o ensino superior se consolidou. Em 1974, para o fortalecimento das instituições de pequeno porte, foi criada a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), cujo papel possibilitou o status de universidade às IES, nos anos 1980.

O sistema ACAFE é composto por 12 universidades⁹, quatro centros universitários e uma associação educacional (vide Figura 1). As IES integrantes desta entidade caracterizam-se pelo ensino noturno, pela cobrança de mensalidades, pelo elevado número de professores horistas, pelo reduzido número de doutores, e por constituírem-se como instituições multi campi.

A distribuição destes campi parece indicar uma tentativa de interiorização da educação superior no estado de Santa Catarina, ainda que, em determinados momentos, alguns projetos compactuem com a racionalidade social do capitalismo ou a ele se contrapõem, como destacado por Leher (2010, p. 34) “num processo repressivo contra a intelectualidade crítica”.

EQUIDADE E COESÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INDICAÇÕES A PARTIR DA UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

A Unisul é mantida pela Fundação do Sul de Santa Catarina, cuja natureza jurídica é pública de direito privado e fins filantrópicos com o status de universidade comunitária. Assim como as demais IES da ACAFE, também se caracteriza como multi campi, tendo sua sede na cidade de Tubarão, Santa Catarina. A Unisul tem, ainda, outros três campi, localizados em Araranguá (inaugurado em 1992), Palhoça (inaugurado em 1996) e Florianópolis (inaugurado em 2002).

Além do ensino presencial, a Unisul atua fortemente no ensino a distância. As características da universidade são delineadas por sua missão, visão e valores. De acordo

pelos Decretos n.º 46.266, de 26 de junho de 1959 e Decreto n.º 47.672, de 19 de janeiro de 1960; Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, na qualidade de agregada, autorizada pelo Decreto n.º 45.063, de 19 de dezembro de 1958. Faculdade de Medicina de Santa Catarina, autorizada pelo Decreto n.º 47.531, de 29 de dezembro de 1959; Escola de Engenharia Industrial, nas modalidades de Química, Mecânica e Metalurgia, autorizadas pela própria lei que criou a Universidade. (Universidade Federal de Santa Catarina, 2011).

⁹ A apresentação compondo o número de 12 universidades é demarcada pela entrada da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a qual, também integra o sistema ACAFE.

com seus objetivos, oferece à comunidade universitária a liberdade de ensino, de pesquisa e de extensão, proporcionando a multiplicidade a todas as correntes de conhecimento. Os cursos oferecidos, no âmbito do ensino superior, são: graduação, pós-graduação *lato sensu* (Especialização) e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).

O desenvolvimento de ações voltadas à pesquisa se intensificou na produção científica nos últimos anos, seguindo o modelo brasileiro que evoluiu significativamente entre os períodos 1997-2001 e 2005-2009, com um avanço de 19% em relação à correspondente média mundial. Já no período 1998-2002 e 2003-2007 houve um aumento de 8,2% em relação ao impacto relativo das publicações. Nesta perspectiva, a Unisul investiu um total de R\$ 3.208.333,29, em 2010, objetivando o fomento da pesquisa como ferramenta de ampliação de sua caracterização universitária.

Quanto à concepção de pesquisa na Instituição, as iniciativas geradas têm o intuito de possibilitar a materialização dos objetivos e a criação de ambientes propícios ao exercício da liberdade, da diversidade, da ética e da solidariedade. Visam, também, consolidar a missão estratégica dessa IES em contribuir para a solidificação do Brasil como uma nação soberana (BOLLMANN; CARVALHO, 2009). Para proporcionar um suporte mais direto ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão, a Unisul criou uma estrutura acadêmico-administrativa vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. A preocupação da Unisul com a pesquisa vem crescendo e diferentes mecanismos foram criados. Em 2010, foi aprovado o novo Regulamento da Pesquisa da Unisul, no sentido de ampliar e formar uma cultura de pesquisa, organizando essa atividade ímpar da Universidade. A consolidação de programas como o Programa Unisul de Incentivo à Pesquisa (PUIP) e o Programa Unisul de Iniciação Científica (PUIC), entre outros, já se constitui em realidade: “disseminar e consolidar a cultura da pesquisa no processo ensino-aprendizagem, por entender que o aluno só será capaz de produzir conhecimento e fugir à função de receptor de informações e aprender a pesquisar, desenvolvendo habilidades na investigação, estabelecendo uma relação direta com as fontes de informações” (Unisul, 2004, p. 06).

A valorização da pesquisa encontra no Programa Unisul de Incentivo à Pesquisa (PUIP - Resolução nº 24/03), o objetivo de consolidar a prática da pesquisa, apoiando pesquisadores com titulação de Mestre ou Doutor, com alocação de atividades na

graduação. As atuais orientações sobre a pesquisa expressam em seu conteúdo que a pesquisa científica se consolida “[...] como essencial à universidade e parte integrante indissociável do processo de ensino e aprendizagem; Promova áreas de pesquisa avançada reconhecida pela comunidade científica nacional”. (Unisul, 2010, p.05)

Ao longo do processo de consolidação da Universidade, especificamente da busca por sua inserção na produção de pesquisa e de conhecimentos fundamentais nas áreas em que atua, foi estimulada a criação de grupos de pesquisa, os quais ganharam expressão a partir da implementação e da ampliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Hoje, a Unisul possui 63 grupos de pesquisa vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente, Unisul oferece os cursos de Mestrado em Educação, Ciências da Linguagem, Administração, e Ciências da Saúde, bem como o Doutorado em Ciências da Linguagem.

A Unisul se organiza pelo planejamento estratégico, mecanismo que utiliza ciclos de cinco anos, vigorando atualmente o Plano de Gestão 2009 – 2013. Tais planos se fundamentam no processo histórico-institucional, na missão, visão e valores, no Projeto Pedagógico Institucional, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Projetos Estratégicos realizados por meio das UNAs (Unidades de Articulação Acadêmica).

O processo de implantação das Unidades de Articulação Acadêmica (UNAs) impulsiona a instituição a apresentar projetos específicos que se dividem em quatro áreas: Ciências da Produção, Construção e Agroindústria; Ciências da Educação, Humanidades e Artes; Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços; Ciências da Saúde e Bem-Estar Social.

A Unisul atualmente conta com 27.309 alunos de graduação em toda sua estrutura multi campi¹⁰. Os alunos estão distribuídos em quatro grandes polos: Tubarão com 7.318 alunos, Araranguá com 1.700 alunos, Grande Florianópolis¹¹ com 6.928 e Unisul Virtual com 11.363 alunos (dados de 2010). Os números indicam um significativo aumento quantitativo nos cursos de graduação da Unisul.

Tabela 2: Alunos matriculados por campus, no período de 2000-2010

ANO	CAMPUS				
	TUBARÃO	GRANDE	ARARANGUÁ	VIRTUAL	TOTAL

¹⁰ Fontes: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, UNISUL 2000-2010.

¹¹ A Grande Florianópolis abrange, no caso dos campi da Unisul, os municípios de Palhoça e Florianópolis.

		FLORIANÓPOLIS				
2000	7.544	5.485	2.293	--	15.322	
2001	8.381	6.268	2.584	--	17.233	
2002	8.487	7.345	2.492	--	18.324	
2003	8.441	7.473	2.390	--	18.304	
2004	8.690	6.816	2.486	331	18.323	
2005					22.666*	
2006					24.445*	
2007					26.061*	
2008	7.918	7.144	2.135	8.017	25.214	
2009	7.752	7.128	1.882	10.464	27.226	
2010	7.318	6.928	1.700	11.363	27.309	

*2005 não possui números por campus. Fonte: Gerência de Administração Acadêmica (GAA)

*2006 não possui número de alunos da graduação por campus. Fonte: Relatório anual de atividades da Unisul - 2006.

*2007 não possui números por campus. Fonte: PROAT

Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

Relatórios anteriores demonstram um crescimento gradativo das matrículas na graduação. Em 2000, registrava-se o número de 15.322 acadêmicos, passando para 17.233 em 2001, 18.323 em 2004, até chegar ao seu ápice em 2010, com 27.309 acadêmicos matriculados. Em 2003, iniciam as atividades da Unisul Virtual, atendendo a aproximadamente 311 alunos. Atualmente, grande parcela dos seus alunos de graduação provém desse campus, que somou um total de 11.363 matrículas em 2010.

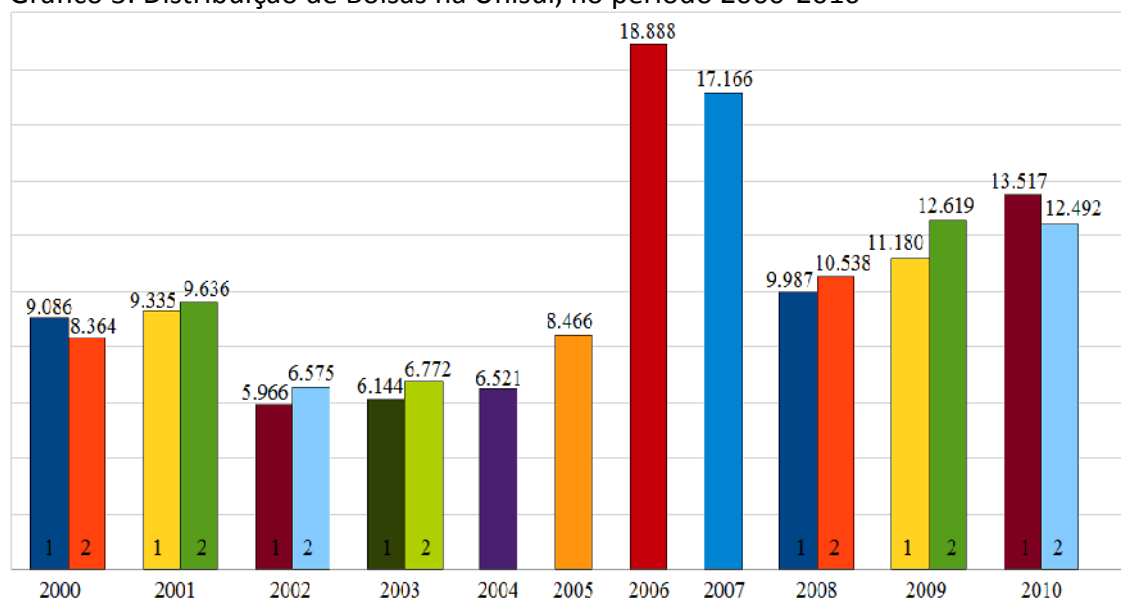
Tabela 3: Números de benefícios acadêmicos de 2000-2010

Ano	2008/1	2008/2	2009/1	2009/2	2010/1	2010/2
Modalidade do benefício	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos
Acordo	382	607	461	436	381	733
Benefício	1618	1264	1119	1549	1729	1561
Bolsa	2104	2055	1898	1907	1989	2011
Convênio	105	1419	2075	2181	2496	2578
CredUnisul	102	80	38	35	26	22
Descontos	2707	1975	1909	1949	1115	1027
Financiamento	474	429	395	354	426	467
Monitoria	111	--	--	--	--	--
Passaporte	1582	1669	1703	1772	2846	1555
Profac	1	--	--	--	--	--
Prouni	801	1040	1582	2436	2509	2538
TOTAIS	9.987	10.538	11.180	12.619	13.517	12.492

Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

A Unisul, bem como alguns organismos, fundações e governos estadual e federal, utilizam iniciativas que geram benefícios incentivadores ao ingresso na academia e permanência nela, sob forma de descontos, bolsas, monitoria, convênios, financiamento ou facilidades de pagamento. Entre esses benefícios, podemos citar as bolsas de estudo que a Unisul oferece: Programa Universidade para Todos (Prouni), Bolsa estudo e pesquisa do artigo 170 (Constituição Estadual), Bolsa do artigo 171 (Constituição Estadual), Bolsa em projetos de pesquisa (PUIC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Prêmio Mérito Universitário (PMUC)) e Bolsa em projetos de extensão. Em 2010, mais de 17.000 alunos foram beneficiados pelo programa de bolsas e incentivo à graduação. O número de benefícios não acompanha o do crescimento das matrículas da instituição na mesma proporção, pois, no segundo semestre de 2001, contabilizavam-se 9.335 alunos com algum tipo de benefício. Entretanto, no segundo semestre de 2010, foram mais de 12.000 beneficiados.

Gráfico 3: Distribuição de Bolsas na Unisul, no período 2000-2010



Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

O histórico, elaborado a partir de 2000, pode ser mais bem observado com a composição do gráfico. Destaca-se que, nos anos 2005, 2006 e 2007, não foram disponibilizados valores por semestre, mas sim, por ano. A composição que sugere a ampliação no número de benefícios também tem relação com o aumento de benefícios no sistema federal, que apoiou jovens pesquisadores de regiões de menor massa crítica,

expandindo grupos emergentes de maior competência, que necessitassem de apoio institucional (BRASIL, 2011).

Neste sentido, algumas ações sugeridas também ganham destaque nesta análise, como: implementar as ações previstas na Lei n. 10.973, de 02/12/2004, que regulamenta incentivos fiscais para os projetos de inovação; dotar a Capes e o CNPq de recursos para financiar as taxas acadêmicas dos alunos bolsistas e não-bolsistas; buscar, junto aos governos estaduais, o cumprimento das determinações constitucionais com relação às Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) (BRASIL, 2011).

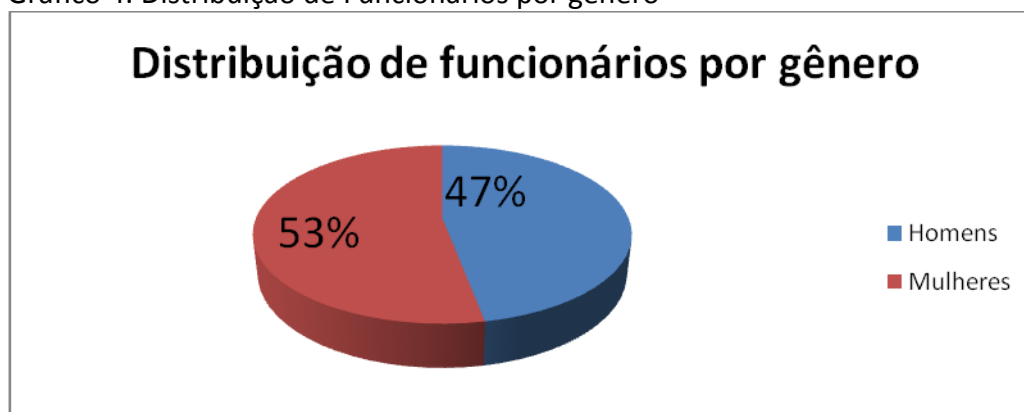
Tabela 4: Nível de formação dos professores da Unisul

Nível de Instrução	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ens. Médio	-	7	3	2	3	2
Graduação	210	180	165	188	157	176
Especialização	561	490	508	554	503	584
Mestrado	542	589	580	575	591	585
Doutorado	190	203	195	203	199	194
PhD	4	4	4	4	3	3

Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

O corpo docente é composto de 1.544 professores, organizados por níveis de ensino, entre doutores, mestres e especialistas. Professores mestres e especialistas se constituem ainda como maioria na Instituição.

Gráfico 4: Distribuição de Funcionários por gênero



Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

Quanto aos funcionários, a Unisul apresenta um quadro com a seguinte distribuição: funcionários de tempo integral, parcial e horista, os quais somam um total de 2.424 profissionais. Desse total, 53% são do gênero feminino e 47% do gênero masculino,

mostrando que a universidade contempla ações afirmativas para o desenvolvimento do papel da mulher na educação superior.

Tabela 5: Distribuição dos Professores da Unisul por gênero

Ano/ gênero	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens	48%	47%	48%	46%	47%	47%
Mulheres	52%	53%	52%	54%	53%	53%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

Ao analisarmos a participação específica de professores no quadro de funcionários, percebemos que a distribuição também se coaduna com as concepções de igualdade de gênero. Contudo, quando analisamos um extrato administrativo superior, percebemos que há alteração na composição, com 66,33% do gênero masculino e 33,33% do feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade é um espaço singular de articulação intelectual, de pesquisa, de extensão e de formação profissional e se constitui em um lócus privilegiado para, entre outros aspectos, debater, questionar e refletir sobre as problemáticas do mundo contemporâneo. Assim, compreende-se a educação como resultante de múltiplas determinações, em um contexto histórico e atual da educação, identificando, entre outras questões, as novas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista. Dessa forma, as mudanças das relações entre o Estado e a sociedade civil, e as transformações sociais ocorridas no mundo e, em especial, na América Latina e no Brasil, impõem a necessidade de analisar as diferentes concepções presentes nos ordenamentos do campo educacional.

No contexto atual da sociedade brasileira, a universidade se reconstrói e se resignifica como resultado de um movimento de legitimação científica. As concepções de universidade, seja em diferentes, seja em uma mesma universidade estão expressas em seus documentos, em sua organização administrativo-pedagógica e acadêmica, no seu cotidiano e refletem suas aspirações, tornando-as parte de um processo contraditório onde a própria

função dessa instituição contempla diferenças e semelhanças. A equipe Unisul do *Programa Marco Interuniversitário para Equidade e Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior*, compreende a universidade no seu papel indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, como instrumento de fortalecimento do *ethos* público na produção do conhecimento e de sua socialização. Nessa perspectiva nos inspiramos no posicionamento de Silva Junior e Sguissardi (2005, p.17) em que “[...] toda a política relativa à universidade haverá de ser uma política de Estado, e não de governo, tendo por objetivo ordenar as relações que materializam a sociedade na direção da intensificação de seus traços de humanidade.”

Neste sentido, o projeto de investigação coordenado pela Riaipe3 tem como objetivo geral contribuir para a transformação estrutural das instituições através da intervenção social relacionadas às instituições universitárias para o desenvolvimento e equidade social. Assim, a partir da análise das políticas de inserção no ensino superior fomentadas pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) destacamos o investimento institucional. Por meio de diversos tipos de incentivos, a Unisul procura possibilitar maior acesso ao ensino superior para amplos setores da sociedade brasileira, em especialmente aos catarinenses, ainda que esteja longe de atingir esse objetivo pela crescente demanda por esse nível de ensino.

Tal discussão aponta a necessidade contínua de se repensar os rumos da universidade brasileira, seja no seu papel ativo no desenvolvimento da região e do país, seja na indicação da necessária ampliação da formação de docentes pesquisadores, seja para contribuir para o aumento do número de jovens e adultos no acesso a esse nível de ensino, ampliando, também, sua permanência com a oferta de um padrão nacional de qualidade. O processo de compreensão da educação superior em seus múltiplos desdobramentos constitui-se problemática a ser enfrentada pelos pesquisadores dedicados a essa temática.

Daí a pertinência da implantação desse projeto que, a partir de aspectos da particularidade, se torna fundamental para a composição de ações locais voltadas à criação de políticas públicas que possam dinamizar o acesso das minorias à educação, sem perder a noção da universalidade. Com a análise realizada pelas demais equipes da Riaipe 3, será possível ter uma compreensão mais aprofundada e consistente da concepção de universidade na percepção de equidade e coesão social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS (ACAFE), 2011. Disponível em: <www.acafe.org.br>. Acesso em: 05 nov. 2012

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega; CARVALHO, Eduardo Burigo. Globalização e a Concepção de Universidade: o contexto da formação do professor. In: BASSI, Marcos Edgar; AGUIAR, Leticia Carneiro. **Políticas Públicas e Formação de Professores**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). CAPES. **Plano Nacional de Pós Graduação 2011 – 2020**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2009**.

FUNDAÇÃO UNISUL/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo, Reforma Universitária e Excelência Acadêmica. In SADER, Emir. **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano**. São Paulo: Expressão Popular/ Clacso, 2008.

LEHER, Roberto. Capitalismo dependiente y Educación: propuestas para la problemática universitária. In LEHER, Roberto. **Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas**. Rosario: Homo Sapiens Eiciones, 2010.

MAGALHÃES, António M. Os modelos emergentes de regulação política e a governação do ensino superior na Europa. In TEODORO, António (org). **Coleção Ciências da Educação: Série debates e perspectivas**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. Trad. Isa Tavares. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MANCIBO, Deise. Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica. In OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; SILVA JUNIOR, João dos Reis (Orgs). **Educação Superior no Brasil: tempos de internacionalização**. São Paulo: Xamã, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. **A Universidade Brasileira no século XXI: Desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JUNIOR; João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/ mercantil ou continuidade da

privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 5-27, 2005

TEODORO, António. **Globalização e Educação**: Políticas Educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (Unisul). Resolução CÂM-GES n. 24 de 10 de dezembro de 2004.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (Unisul) 2011. Disponível em: <www.unisul.br>. Acesso em: 05 out. 2012

RECEBIDO EM 02 DE SETEMBRO DE 2012.

APROVADO EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012.